

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A RELAÇÃO ENTRE O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Marcelle Tenorio Monteiro Gomes

Campo de Confluência: TE

Eixo 10. Educação Superior

Esse resumo tem como objetivo apresentar as idéias principais da proposta de pesquisa com a qual ingressei no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação/UFF-2009. A preocupação central é identificar a influência dos organismos internacionais, especialmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas políticas de ensino superior do Brasil analisando o processo de mercantilização da educação superior.

Primeiramente é importante entender que os organismos internacionais foram criados “no movimento de transformação geopolítica do pós-Segunda Guerra Mundial e ampliou os poderes de planejamento e ações de sociabilidade dos países vencedores” (MELO, 2005:70). Assim eles “representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital” (FRIGOTTO, 2003: 41) intervindo tanto nas diretrizes gerais políticas quanto nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, usando a educação como estratégia para a legitimação do consenso e de dominação.

Fundado em 1959, o BID teve como finalidade:

“acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países-membros regionais ‘em vias de desenvolvimento’, logo depois que a Revolução Cubana de 1959 tornou mais urgente o ímpeto estadunidense pela integração americana. Daí em diante, enquanto a OEA passa a se dedicar mais especificamente à manutenção da ‘paz social na região’, celebrando acordos políticos entre países-membros para garantir a coesão social, o BID, por sua vez, vem propiciando, mediante empréstimos gerais e setoriais, a concretização desses acordos, inclusive com financiamentos destinados à formação para o trabalho complexo, mais especificamente para o ensino superior e para ciência e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento da região” (NEVES & PRONKO, 2008: 99)

Mas é a partir da década de 90 que a educação superior passa a ser o foco dos organismos internacionais, sendo prioridade nas diretrizes e estratégias dos mesmos. Para tais

organismos, esse nível de ensino tem um papel fundamental na nova conjuntura política-econômica de desenvolvimento, na construção da chamada “sociedade do conhecimento”. Assim a universidade passa a ter um valor econômico, baseando-se nos interesses mercantis e na expansão do capital. Nesse contexto emerge o conceito da teoria do capital humano.¹

Em um documento do BID, de 1997, podemos observar claramente essas orientações:

“[la política de la educación superior] debe estar vinculada al desarrollo, a la construcción de sociedades más productivas, informadas, prósperas, justas satisfactorias y democráticas [...] jamás hubo una necesidad tan grande de recursos humanos que estuvieran bien formados mediante la educación formal avanzada.” (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 1997:2)

Assim surge a demanda pela compreensão da influência de tal organismo nas políticas educacionais de ensino superior do Brasil, identificar qual a sua concepção de universidade e como se apresentam a relação público e privado, a autonomia e o financiamento, ou seja, as grandes questões que permeiam esse nível de ensino.

Referências bibliográficas:

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *La educación superior en América Latina y el Caribe*. Documento de estrategia. Washington, D.C: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e a crise do capitalismo real*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. *Produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

¹ Cf. Frigotto (2006)

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley & PRONKO, Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). *A Reforma Universitária do Governo Lula: Reflexões para o debate*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2004.

Palavras-chave: Organismos Internacionais; Política educacional e mercantilização da educação